

I PARTE
Olisipo e o Vale do Tejo

1. Castelo de São Jorge, enquadramento das intervenções

As intervenções arqueológicas que a equipa do Departamento de Arqueologia do IPPAR¹, em protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa, tem vindo a desenvolver na antiga alcáçova de Lisboa iniciaram-se em meados de 1996 numa área que se encontrava livre de construções, conhecida como Praça Nova (Fig. 7), para onde se encontrava projectado um parque de estacionamento subterrâneo. A escavação prévia dessa zona revelou uma longa diacronia de ocupação, que se materializa numa enorme potência estratigráfica, que chega a atingir os 7 m, documentando a ocupação desta área da cidade desde meados do século VII a.C. até à época romana republicana; volta a ser ocupada apenas em época islâmica, perdurando a sua utilização como área habitacional de forma ininterrupta até ao século XX (Gaspar e Gomes, 2001; Gomes e Gaspar, 2001).



FIG. 1 – Localização de Lisboa na Península Ibérica.

Paralelamente a esta intervenção, delineou-se, a partir de 1997, o acompanhamento do Projecto de Reabilitação Urbana (Projecto Integrado do Castelo) da área habitada intra muros da antiga alcáçova medieval, actual Freguesia de Santa Cruz do Castelo (Fig. 2). Este projecto, que ainda se encontra a decorrer, prevê a renovação de grande parte dos edifícios e arruamentos da área urbana do Castelo e tem permitido, na sequência das diversas intervenções realizadas, identificar e registar uma série de sequências estratigráficas que permitem uma melhor percepção da evolução do espaço urbano da alcáçova ao longo da sua ocupação milenar.



FIG. 2 – Planta da cidade de Lisboa com a localização do Castelo de São Jorge e da Freguesia de Santa Cruz da Alcáçova.

Ao nos debruçarmos sobre a ocupação deste espaço durante a época romana, importa reter que, embora as áreas intervencionadas sejam de dimensão considerável², o estado de conservação das estruturas de época moderna, medieval e islâmica condicionaram, devido a opções patrimoniais, as observações das realidades anteriores, que só foram efectuadas em áreas muito limitadas. É de ter em conta igualmente que a sobreposição de ocupações, que caracterizam esta intervenção, devido ao constante reinventar do mesmo espaço, poderá ter alterado as leituras das épocas mais recuadas.

No que diz respeito ao Castelo, temos isso bem presente para a época romana, tendo-nos confrontado desde o início da intervenção com a omnipresença de fragmentos de ânforas romanas republicanas em praticamente todos os estratos identificados, sendo esta uma das suas características mais peculiares. Foram mesmo reutilizados como material de construção, fazendo parte integrante das estruturas habitacionais de época islâmica e medieval. Devido a esta circunstância, optámos numa primeira fase por remeter a nossa análise a esses materiais que se encontravam fora do seu contexto primário, mas que nos poderiam servir de indicador das realidades subjacentes (Pimenta, 2003), incidindo o presente trabalho sobre os contextos de época romana identificados nas diversas intervenções realizadas no Castelo de São Jorge.

2. Enquadramento geográfico

“O Tejo, na foz, tem cerca de vinte estádios de largura, e tão grande é a sua profundidade que por ele navegam barcos de dez mil ânforas. Nas planícies que ficam a montante, forma, na maré-cheia, dois estuários que alagam uma superfície de cento e cinquenta estádios e tornam a planície navegável. No estuário, que fica mais a montante, envolve uma ilhota com uns trinta estádios de comprimento e pouco menos de largura, coberta de vegetação e de vinhas.” (Estrabão, III, 3.1)

Esta passagem de Estrabão referente à foz do Tejo serve-nos de introdução ao enquadramento geográfico do povoado que se desenvolveu no morro e colina do castelo de Lisboa, sendo considerado por este geógrafo como uma das duas cidades mais importantes do vale do Tejo durante a segunda metade do século II a.C.

A localização privilegiada da colina em que se veio a erguer o povoado pré-romano de Lisboa (Fig. 3) desde cedo chamou a atenção das primeiras comunidades humanas. Provavelmente os materiais paleolíticos recolhidos nos anos quarenta no Castelo de São Jorge (Muralha, 1988) e os recentes dados provenientes das intervenções no vale da baixa e colinas adjacentes, que vêm atestar a sua ocupação desde o Neolítico Antigo (Muralha, Costa e Calado, 2002, p. 245).

A colina do Castelo possui uma situação topográfica ímpar, com um amplo controlo visual sobre a entrada da barra do Tejo (Fig. 4) e do seu estuário, assim como de toda a margem sul e de boa parte dos vales que a circundam a norte, permitindo o domínio estratégico da foz do Tejo e o “controlo” do acesso ao interior do território. As suas características de implantação, numa colina destacada do relevo circundante e bem delimitada por linhas de água, aliadas a boas condições de defensibilidade, apresentando em boa parte do seu contorno vertentes escarpadas de fácil defesa, tornaram este local um sítio de eleição para o estabelecimento de um importante aglomerado habitacional que aglutinasse o povoamento circundante. Embora desconheçamos a real dimensão para o período de que nos ocupamos, a presença de um esteiro do rio no vale da Baixa, no qual desaguardariam dois cursos de água dos vales adjacentes, facilitaria as condições portuárias do povoado, que se estenderiam a toda a base da colina do castelo³.

FIG. 3 – Vista do morro do Castelo e vales adjacentes a partir da Senhora do Monte.



FIG. 4 – Vista da entrada da barra do Tejo e do seu estuário.

A importância da sua localização, na foz do Tejo, à entrada do amplo estuário, verdadeiro mar interior que se forma em frente da colina do Castelo, foi determinante para o desenvolvimento do povoado pré-romano e da futura cidade romana de *Felicitas Iulia Olisipo*. O papel do rio Tejo como importante via de comunicação para o interior do território, por onde chegavam as matérias-primas e os excedentes dos férteis terrenos do alto Tejo irrigados pelas cheias periódicas, a sua lendária riqueza em recursos piscatórios e a importância da exploração aurífera das suas areias — recorde-se a referência de Plínio-o-Velho, 4, 115 (Guerra, 1995, p. 89) — levaram a que desde cedo, o porto de *Olisipo* se afirmasse como um dos mais importantes portos de toda a fachada atlântica, ponto de contacto entre dois mundos, o Mediterrânico e o Atlântico, estatuto esse que irá, ao longo da História, condicionar a sua evolução e o seu incontornável apelo enquanto cidade portuária⁴.

3. *Olisipo*

3.1. *A síntese possível acerca da sua evolução*

“A cidade pré-romana estaria situada sobre o morro do Castelo e dela pouco se conhece, para além de algumas cerâmicas pintadas de bandas, recolhidas na Baixa e no Claustro da Igreja Matriz e um fragmento de cerâmica campaniense recolhido nas escavações da Casa dos Bicos. A isto se resume a informação sobre a *Olisipo* dos séculos II-I a.C.” (Fabião, 1989, p. 96).

Embora a descoberta dos primeiros vestígios da ocupação pré-romana da actual cidade de Lisboa remonte a inícios do século XX, quando Leite de Vasconcellos (1900) e Vergílio Correia (1924) identificaram alguns materiais que apresentavam claras influências orientalizantes no Claustro da Igreja de Santa Maria Maior e no vale da Baixa, só com o início da prática arqueológica em meio urbano na cidade de Lisboa (Gaspar et al., 2000), essa ocupação foi claramente detectada, ainda que os dados disponíveis sejam reduzidos, tendo em conta a dimensão das áreas intervencionadas.

A partir da análise do topónimo pré-romano, que conhecemos através dos autores clássicos e da epigrafia olisiponense (Silva, 1944), desde cedo se vislumbrou uma forte ligação ao mundo mediterrânico, procurando-se uma hipotética origem etimológica no mundo fenício (Fontes, 1947). De facto, do nome *Olisipo* destaca-se o segmento *-ipo*, que é um dos elementos mais característicos da toponímia da área meridional da Península Ibérica (Guerra,

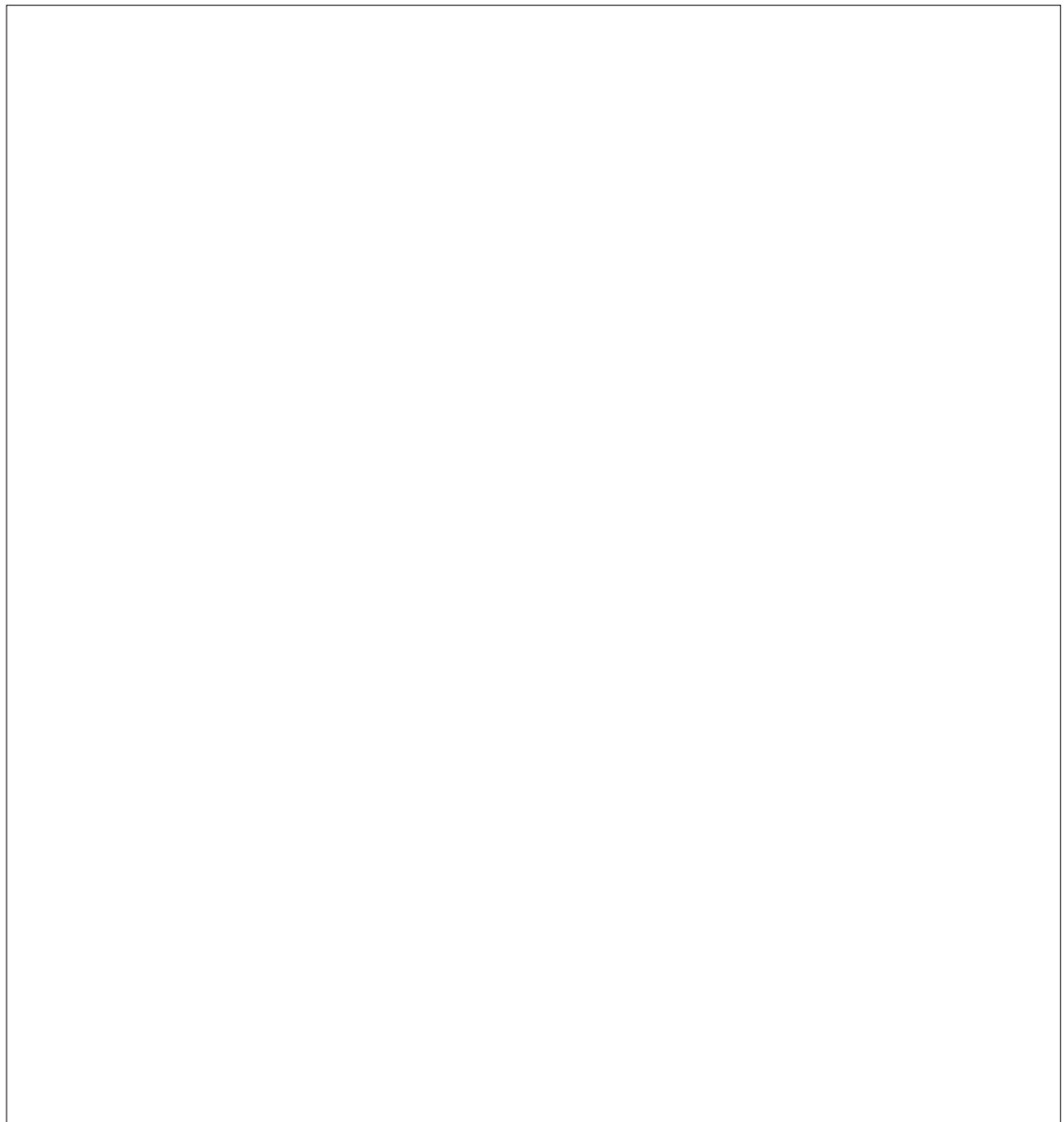


FIG. 5 – Planta topográfica da cidade de Lisboa, com a localização das intervenções em que foram detectados níveis pré-romanos e com a reconstituição hipotética da linha de costa e do esteiro do vale da Baixa.

2000), constituindo, juntamente com *Collipo*, o ponto mais ocidental de uma realidade linguística essencialmente centrada no Guadalquivir, apresentando uma clara origem mediterrânea⁵.

Essa ligação com o mundo meridional materializa-se nos vestígios arqueológicos detectados em diversas intervenções na colina do Castelo, cujo espólio apresenta claras influências orientalizantes, nomeadamente no Castelo de São Jorge (Fig. 5, n.º 1 a 6; Gomes et al., 2003), no Largo das Portas do Sol (Fig. 5, n.º 7), nas termas dos Cássios (Fig. 5, n.º 8) (Amaro, 1993), no Claustro da Sé de Lisboa (Fig. 5, n.º 10) (Amaro, 1993; Arruda, 2000a), no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Fig. 5, n.º 12) (VV.AA., 1995; Bugalhão, 2001), na Sondagem n.º 31 da Rua dos Correeiros (Fig. 5, n.º 13) (Fernandes, 1997), na Rua de São Mamede⁶ (Fig. 5, n.º 9), na Rua de São João da Praça⁷ (Fig. 5, n.º 11) e em alguns materiais exumados na Casa dos Bicos (Fig. 5, n.º 14) (Amaro, 2002).

Os dados do castelo de São Jorge são particularmente interessantes para a análise da evolução do povoamento de *Olisipo* durante o primeiro milénio a.C., tendo sido possível escavar estratigrafias bem preservadas, representativas da longa diacronia de ocupação do planalto em que se veio a erguer a alcáçova muçulmana⁸.

Considerando a análise dos cortes efectuados em diversas áreas do Castelo e a reavaliação dos dados publicados sobre Lisboa, é possível, no estado actual dos conhecimentos, datar o início da ocupação deste espaço em meados do século VII a.C., ou talvez mesmo em finais do século VIII a.C., tendo em conta alguns exemplares identificados fora de contexto (Arruda, 2002, p. 123, Fig. 76, n.º 1). Até ao momento, não se detectou nenhuma ocupação anterior, à excepção de alguns materiais líticos descontextualizados, que poderão apontar para uma ocupação pré-histórica por definir. De facto, os dados disponíveis não permitem confirmar ou desmentir a hipótese da existência de um grande povoado do Bronze Final no morro do Castelo (Cardoso, 2002, p. 359), embora uma ocupação desta época se encontre documentada em trabalhos recentes realizados no vale da Baixa – Praça da Figueira e na encosta de Sant’ana.

Esta primeira fase de ocupação do morro e da colina do Castelo (séculos VII-V a.C.) apresenta evidentes contactos com o mundo fenício ocidental, bem patentes no seu espólio cerâmico, com destaque para os recipientes cobertos com engobe vermelho, os *pythoi* decorados com bandas bícromas, vermelhas e negras, as ânforas do tipo 10.1.1.1.; 10.1.2.1. e 1.3.2.4. de Ramon Torres (1995) as urnas de tipo Cruz del Negro, as cerâmicas cinzentas finas e alguma, escassa, cerâmica manual (Arruda, 2002; Arruda, Freitas e Vallejo Sánchez, 2000).



FIG. 6 – Fragmento de cerâmica estampilhada de contextos republicanos.

Apesar de os dados serem mais numerosos para esta primeira fase, a análise da estratigrafia do Castelo de São Jorge e de São João da Praça permite-nos salientar a evidente continuidade cultural registada desde o início da sua ocupação, não se tendo verificado nenhuma ruptura clara até à chegada das primeiras importações itálicas no terceiro quartel do século II a.C. De salientar que, tal como em Santarém (Arruda, 1993), em Lisboa, o único fragmento de cerâmica estampilhada que, tanto quanto sabemos, foi exumado provém já de contextos da segunda metade do século II a.C. no Castelo de São Jorge (Contexto E, Fig. 6). Trata-se de um bojo de recipiente fechado, possivelmente de armazenamento, evidenciando uma decoração impressa com matriz de motivo cruciforme, com paralelos no povoado da Cabeça de Vaiamonte, Monforte (Fabião, 1998b, p. 86-97, fig. 55, n.^{os} 1 e 2).

Essa continuidade, igualmente registada em Alcácer do Sal (Silva et al., 1981), Conímbriga (Correia, 1993) e Santarém (Arruda, 1993a), permite definir a ocupação do povoado de *Olisipo* durante grande parte da segunda metade do primeiro milénio a.C., dentro do que Ana Arruda (2002, p. 258) qualificou, de uma forma feliz, como “conservadorismo orientalizante”.

Apesar deste “conservadorismo”, a continuidade da importação de produtos alimentares em ânforas de clara proveniência meridional, a par da presença de cerâmicas gregas de verniz negro e figuras vermelhas⁹, permite realçar o papel de *Olisipo* ao longo deste período, tendo mantido a sua importância até à chegada dos primeiros exércitos romanos ao vale do Tejo. Já vimos que Estrabão (III, 3.1) menciona *Olisipo* como uma das duas cidades mais importantes desta região.

No que diz respeito à área ocupada, os dados de que dispomos actualmente deixam adivinhar uma superfície de grandes dimensões. *Olisipo* ocuparia o morro do Castelo, descendo pelas encostas até encontrar as margens do rio a sul, encontrando-se a ocidente limitado pelo esteiro da Baixa e a oriente pela própria topografia da colina, que aí apresenta um declive muito acentuado, mais tarde aproveitado para a instalação da chamada cerca moura, e pelo pequeno curso de água que percorria o vale de Alfama, que permanece na toponímia da cidade como rua da Regueira.

Tendo em conta a dispersão das intervenções já realizadas, assim como a sua sincronia, é possível propor “(...) que en términos de área ocupada, *Olisipo* corresponde al mayor poblado orientalizante del territorio actual portugués, habiendo ocupado, en la protohistoria, una extensión que no es comparable a ninguna otra conocida hasta el momento” (Arruda, 2002, p. 129).

Apesar da grande amplitude espacial ocupada, a análise da topografia da colina do Castelo, com vertentes abruptas e terraços mais ou menos extensos, leva a que se coloque a hipótese de podermos estar perante uma ocupação descontínua deste espaço, com adaptações às características do terreno (Arruda, 2002, p. 129). No entanto “(...) lo que es innegable es que la extensión de *Olisipo*, la cantidad de materiales arqueológicos que se han recuperado y la dispersión de las áreas que, en la colina del Castillo, mostraran vestigios de ocupación durante la Edad del Hierro, dejan entrever un lugar de importancia capital y una población probablemente muy numerosa” (Arruda, 2002, p. 129).

3.2. *Olisipo no quadro das campanhas militares romanas na fachada atlântica*

Para a compreensão dos primeiros contactos entre o povoado de *Olisipo* e o mundo romano, temos que, recorrendo às fontes literárias clássicas, enquadrar o Vale do Tejo no âmbito das primeiras campanhas militares itálicas na fachada atlântica.

Embora o extremo ocidental da Península Ibérica tenha estado arredado da primeira fase de conquista da Hispânia (218-154 a.C.), as consequências quer do desembarque das tropas de Cneu Cornélio Cipião em Ampúrias em 218 a.C., quer do conflito que opôs as duas grandes potências do Mediterrâneo em solo peninsular não deixaram de se fazer sentir. Existe mesmo uma referência não isenta de problemas, visto serem contraditórias as duas fontes que a transmitem, que nos informa de que, em 210 a.C., os chefes dos exércitos cartagineses invernavam no Ocidente: Magão, além das colunas de Hércules, junto aos Cónios, e Asdrúbal, filho de Giscão, na Lusitânia, junto à foz do Tejo (Fabião, 1992b, p. 211).

Com o fim da Segunda Guerra Púnica, a necessidade de defender os territórios recentemente controlados na Península Ibérica acaba por conduzir, em 197 a.C., à criação do primeiro esboço de uma administração dividida em duas províncias, a Hispânia Citerior a oriente e a Hispânia Ulterior a ocidente, governadas por dois pretores. Apesar desta delimitação, a ocupação nesta fase era essencialmente militar, destinada a controlar e explorar o território, sendo o período subsequente marcado por múltiplas sublevações de cidades ou de regiões.

É com o estalar do conflito conhecido como “Guerras Lusitanas” (155-138 a.C.) que começamos a dispor de mais informações acerca dos movimentos dos exércitos romanos no Ocidente. Embora grande parte dos acontecimentos relatados nas fontes clássicas ocorra em territórios da futura província da Bética, importa reter o impacto que estas intervenções militares em larga escala não devem deixar de ter tido nas relações comerciais com os portos atlânticos.

Só nos últimos anos do conflito, as fontes referem incursões ao Ocidente. Em 141 a.C. Q. Fábio Máximo Serviliano soma uma série de vitórias na actual Andaluzia, conquistando posições lusitanas e levando a guerra ao actual Algarve e Alentejo, tendo mesmo atravessado o Tejo (Alarcão, 1988, p. 20). Em 139 a.C., Q. Servílio Cipião, rompendo a paz com os Lusitanos estabelecida pelo seu antecessor, desencadeia uma ofensiva fulgurante, atacando os Lusitanos e entrando em conflito com os Vetões e os Galaicos. Embora se desconheça o percurso desta primeira incursão para norte, ela afigura-se de extrema importância, por ser a primeira vez que os Galaicos são referenciados. Os êxitos militares do governador da Hispânia Ulterior levam Viriato a propor negociações, tendo, como se sabe, sido assassinado pelos seus próprios emissários, aliciados por Cipião. O já esgotado contingente lusitano, embora ainda tenha tentado uma incursão, mal sucedida, contra os territórios a sul, negocia a paz pouco depois, e recebe territórios para se instalar, terminando assim a “Guerra Lusitana” (Fabião, 1992b, p. 217).

A primeira grande campanha militar romana no extremo ocidental da Península Ibérica desencadeou-se em 138 a.C., liderada pelo novo governador da Ulterior, o procônsul Décimo Júnio Bruto, com claros objectivos de uma “pacificação” exemplar dos últimos focos de rebelião e de reconhecimento numa área até então pouco conhecida: o Noroeste peninsular.

Através dos textos de Estrabão (III, 3.1), sabemos que este general romano utilizou o vale do Tejo como eixo principal da sua campanha, tendo usado a cidade de *Móron*, situada numa elevação perto do rio, a uns 500 estádios do mar, como base de operações, e fortificado *Oli-sipo*, junto à foz, com o objectivo de dominar a entrada do rio, mantendo livre a navegação e assegurando o abastecimento aos exércitos em campanha.

Partindo destas posições, o “Galaico” terá avançado para norte, contornando as regiões montanhosas do interior, ao longo da plataforma litoral. “Pretendia assim evitar a área das aguerridas populações das montanhas, mantendo-se em zonas mais desafogadas, onde o exército podia manobrar com maior eficácia; guardando o contacto com o litoral, assegurava a possibilidade de, a qualquer momento, receber reforços por via marítima.” (Fabião, 1992b, p. 217).

Os dados disponíveis sobre essa campanha parecem indicar que ela não terá encontrado grande oposição, e que terá progredido com alguma rapidez até às regiões setentrionais. Sabemos que Bruto terá posto cerco à cidade de *Talabriga*, que acabou por capitular sem grande resistência, e que teria defrontado e vencido um “poderoso” exército galaico, de onde lhe teria vindo o cognome.

A utilização das duas principais cidades do vale do Tejo como base de apoio para esta campanha permite supor a extensão da área administrada por Roma na sequência das Guerras Lusitanas; de facto, seria inadmissível o estabelecimento desta linha de retaguarda, deixando para trás uma região não controlada (Fabião, 1989, p. 42). As preocupações defensivas permitem igualmente admitir que os romanos se encontravam às portas de um território hostil e desconhecido, sendo essa preocupação demonstrada pelo comportamento das tropas e do próprio general, relatado pelas fontes clássicas, que expressa de forma bem clara a grande temeridade de uma incursão até paragens tão longínquas (Fabião, 1989, p. 42).

As referências ao extremo ocidental da *Ulterior* voltam a ser escassas até ao final do século II a.C., existindo apenas algumas breves alusões a vitórias sobre os Lusitanos e a incursões militares, sendo difícil o seu enquadramento geográfico.

Nos princípios do século I a.C. (96-94 a.C.), temos notícia duma expedição para norte, certamente através da fachada atlântica, do novo procônsul, Públio Crasso, com objectivos aparentemente mais de reconhecimento do que de conquista territorial, tendo conseguido identificar o acesso às zonas de extracção do estanho peninsulares (FHA, IV, p. 153 e 342). A descoberta duma zona aparentemente “controlada” pelos mercadores de *Gades* terá sido um forte impulsionador das navegações atlânticas, aproximando o Noroeste peninsular das regiões administradas por Roma (Fabião, 1992b, p. 218).

Durante o episódio hispânico decorrente do conflito entre os partidários de Gaio Mário e de Lúcio Cornélio Sila, conhecido como “Guerra Sertoriana” (82-72 a.C.), o extremo Ocidente da península parece, face à situação de instabilidade e conflito generalizado, ter ficado entregue a si mesmo (Fabião, 1989, p. 45). Todo o teatro de operações desenvolve-se longe do vale do Tejo, no Sul da península, embora com algumas incursões ao sul do território actualmente português.

Com a morte de Sertório e a derrota do seu comandante Perpenna, a Península Ibérica parece ter atravessado um período de estabilidade. A situação veio a alterar-se com a vinda para a Hispânia, em 61-60 a.C., de um então promissor político romano, C. Júlio César, como pretor da província da *Ulterior*. César promoveu um conjunto de operações militares contra os Lusitanos, atacando o monte Hermínio e avançando até ao rio Douro.

As fontes não são muito abundantes em aspectos relacionados com a organização e o avanço desta importante “expedição” para Norte; sabemos que César terá estabelecido o seu quartel-general em *Scallabis*¹⁰ e que teria avançado para norte, apoiado por meios navais (FHA, V, p. 6-12 e 215-8). Embora não exista qualquer referência ao papel de *Olisipo*, a alusão à utilização de meios navais e a opção pelo vale do Tejo como base de operações levam-nos a salientar o impacto que esta expedição deverá ter tido no centro portuário da foz do Tejo¹¹.

A partir de 49 a.C., com a eclosão da guerra civil entre Júlio César e Cneu Pompeio, a Península Ibérica volta a ser palco de importantes episódios da luta pelo poder. Depois de ter marchado sobre Roma e de Pompeio ter retirado para o Oriente, César marcha sobre a Hispânia, com o objectivo de destruir as forças daquele, antes de o enfrentar directamente. Derrotando os legados de Pompeio, Afrânio e Petreio, César abandona a Península Ibérica, deixando Quinto Cássio Longino como Governador da *Ulterior*.

Em 47 a.C., a Hispânia torna-se de novo cenário de guerra, assistindo-se a uma sublevação movida pelos filhos de Pompeio, Cneu e Sexto. César é obrigado a voltar à Península, derrotando-os na batalha de Munda em 45 a.C.

Embora não disponhamos de dados concretos sobre a posição da cidade de *Olisipo* durante este conflito, foi proposto que a ausência de emissões monetárias olisiponenses, contrariamente ao que se verifica noutros centros urbanos para a mesma época, se devesse à eventual fidelidade à causa de César (Mantas, 1990, p. 161).

Segundo Plínio-o-Velho (*nh.*4,117), sabemos que *Olisipo* terá recebido o estatuto de município romano (*municipium civium Romanorum*) e com ele o *cognomentum Felicitas Iulia*, possivelmente, segundo António Faria, “entre 31 e 27 a.C., no mesmo contexto político em que foi fundada a colónia de *Pax Iulia* e atribuído o direito latino a *Ebora*” (Faria, 1999, p. 37).

Importa reter, nesta breve análise do enquadramento da cidade de *Olisipo* no contexto da “Grande História”, que as referências ao seu papel durante este período são escassas e quase sempre indirectas, destacando-se a breve referência de Estrabão à fortificação da cidade e ao seu papel como ponto de apoio da campanha de Décimo Júnio Bruto ao Noroeste peninsular. Da fortificação do primitivo núcleo urbano pouco ou nada se sabe, não sendo de excluir que a passagem de Estrabão relativa à fortificação de *Olisipo* se traduzisse numa presença física de um importante contingente militar (Alarcão, 1994, p. 58). Voltaremos a esta questão mais à frente, depois de apresentar e analisar os dados das intervenções do Castelo de São Jorge.

Os elementos disponíveis sobre os primeiros momentos de contacto do povoado da colina do Castelo com o mundo romano são escassos e carecem de contexto primário. Resumem-se a um fragmento de campaniense “publicado”, proveniente da Casa dos Bicos¹² (Amaro, 1982), a referências indirectas da existência de cerâmica campaniense nas termas dos Cássios, no teatro romano, nas Portas do Sol, na Rua dos Fanqueiros, no núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros (Sousa, 1996, p. 43) e à recente publicação de fragmentos de ânforas de cronologia republicana, que têm vindo a surgir um pouco por toda a colina do Castelo e vale da Baixa¹³.

4. As ânforas enquanto fonte privilegiada para o estudo da economia antiga

“The observation of archaeological distributions (...) suggests an economic logic behind the movement of goods” (Carreras Monfort, 1999, p. 92)

As ânforas constituem actualmente um dos elementos fundamentais para o estudo da economia antiga. O seu papel enquanto contentor por excelência da antiguidade, destinado ao transporte a longas distâncias de determinados produtos alimentares, torna-as uma fonte privilegiada para compreender as relações comerciais, apresentando um manancial de informações extremamente importante para a reconstituição dos ritmos de importação e exportação de determinados produtos à escala do mundo romano.

Embora os primeiros estudos sobre ânforas romanas remontem a meados do século XIX, com os trabalhos precursores de Schoene (1871) e Dressel (1879, 1889), tendo sido um dos primeiros tipos cerâmicos a dispor de tabela tipológica específica, só na segunda metade do século XX, com o desenvolvimento das investigações de arqueologia clássica e em particular com o emergir da arqueologia subaquática, a investigação arqueológica tomou consciência das suas enormes potencialidades informativas. Estas começam a ser verdadeiramente exploradas nas suas diversas vertentes nos finais do século passado, através da multiplicação de grandes projectos de investigação e do tratamento monográfico de conjuntos com contextos de associação bem definidos, devidamente enquadrados em sequências estratigráficas (Fabião, no prelo, p. 4).

Ainda que não seja esse o objectivo do presente trabalho¹⁴, a análise da história da investigação sobre as ânforas romanas revela-se particularmente interessante por se apresentar como um lento processo de sedimentação de conhecimentos e aperfeiçoamento de métodos de análise que têm vindo a enriquecer a sua abordagem nas diversas perspectivas, em que o artefacto ânfora pode contribuir como fonte para o estudo da economia antiga. Não pretendendo assumir um papel de revisão ou de crítica das tipologias anfóricas, mas partindo dos estudos tipológicos existentes, este trabalho tem como objectivo criar uma base de dados com as ânforas do Castelo de São Jorge, que possibilite uma apreciação crítica das relações comerciais do povoado de *Olisipo* durante a época romana republicana, comparando-as com os modelos propostos para a época pré-romana e com os dados disponíveis para o vale do Tejo e Ocidente peninsular durante este período.

Essa análise que pretendo desenvolver assenta num quadro teórico, recentemente aplicado por Carreras Monfort (1999, 2000) nos seus estudos no domínio da economia antiga, e pressupõe a existência de uma economia de mercado no mundo romano, materializada por uma importante rede de trocas de bens e uma lógica económica por detrás da comercialização de determinada mercadoria, que permite identificar diferentes mecanismos para explicar a difusão de certos produtos.